



A GLOBALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS: A REAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA, A PARTIR DOS PROCESSOS ORGANIZATIVOS DESENVOLVIDOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Denise Medianeira Mariotti Fernandes

Erica Karnopp

Resumo: Este estudo tem como tema central a globalização e repercute sua influência sobre a humanidade, sua relevância na projeção do capitalismo no mundo e sua utilização como fator crucial para a imposição das vontades dos atores hegemônicos às sociedades. Com relação a esse aspecto – a atuação desses atores – busca-se contrapor essa imposição, abordando os processos organizativos desenvolvidos, especificamente, pelos agricultores familiares como forma de reação contra-hegemônica. A argumentação toma por bases teóricas principais a visão de Milton Santos sobre a globalização e a teoria do autor sobre os circuitos superior e inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Enfatiza-se que, a partir da afirmação da globalização como processo capitaneado por atores hegemônicos que exercem forte influência no modelo de sociedade atual e que têm estimulado apenas o crescimento econômico em detrimento de um desenvolvimento sustentável, utilizando-se, para isso, do capitalismo e do controle dos meios de comunicação de massa, delineou-se, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a construção deste artigo que visa desenvolver uma reflexão sobre alguns aspectos que se interligam nessa intrincada conjuntura que subjuga as classes integrantes do circuito inferior, especificamente a dos agricultores familiares. Por fim, vislumbra-se que a (re)construção de processos organizativos – aqui ressaltando os desenvolvidos pelos agricultores familiares – pode potencializar sentimentos contra-hegemônicos, viabilizar ações coletivas como a afirmação de associações e de cooperativas, cujos integrantes são oriundos da agricultura familiar e/ou de entidades (ONGs, pastorais religiosas, etc.) que defendem a classe e formar um estrutura articulada em rede capaz de garantir a sobrevivência individual (família) e coletiva (associações, cooperativas, etc.)

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



e a manutenção em seu próprio lugar, desenvolvendo atividades genuínas, mesmo sob forte influência da globalização.

Palavras-chave: Globalização. Capitalismo. Desenvolvimento. Agricultura familiar. Processos organizativos.



1 Introdução

Este estudo aborda a globalização, como tema central de estudo, seus efeitos sobre a humanidade, sua ação como agente propulsor da expansão capitalista e seu uso como meio de imposição das vontades dos atores hegemônicos às sociedades, desde o âmbito mundial até regional, enfatizando, nesse último contexto, os processos organizativos desenvolvidos, especificamente, pelos agricultores familiares como forma de reação contra-hegemônica.

Adota-se, como ponto de partida teórico, a visão de Milton Santos sobre a globalização e seus efeitos expostos na obra “Por uma outra globalização”, na qual o autor aborda três facetas desse processo: a globalização como fábula (como nos é apresentada), a globalização como perversidade (como realmente ela ocorre) e a globalização como possibilidade (opção para um mundo melhor). Ademais, procura-se o “diálogo” com outros autores, especificamente quando se trata da relação entre globalização e capitalismo (Harvey, 2007; Porto-Gonçalves, 2011), entre globalização e desenvolvimento (rural) sustentável (Guzmán, 1997; Barbieri, 2011, Porto-Gonçalves, 2011) e as conexões entre globalização, desenvolvimento e agricultura familiar (Boisier, 1996; Santos, 1996; 2004; Veiga, 2006; Harvey, 2007).

Outrossim, optou-se por lançar mão da teoria de Milton Santos sobre os circuitos superior e inferior da economia urbana¹ dos países subdesenvolvidos, apresentada na obra intitulada: “O espaço dividido”, para projetar a abordagem dos processos organizativos construídos pelos agricultores familiares e para entender a origem dos sentimentos contra-hegemônicos existentes nessa classe de trabalhadores.

Desse modo, a partir da afirmação da globalização como processo capitaneado por atores hegemônicos que exercem forte influência no modelo de sociedade atual e

¹ Neste estudo, adota-se a teoria de Milton Santos sobre os circuitos superior e inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos, porque se entende que, atualmente, devido à globalização, não há como dissociar a economia urbana da economia rural, uma vez que elas estão interligadas na medida em que há uma constante interação entre os cidadãos que integram esses âmbitos. A palavra urbana, apropriada para a época em que a teoria foi desenhada – década de 1970, no contexto atual, torna-se irrelevante, já que se considera essa teoria importante para a realidade socioeconômica do Brasil vista como um todo, ou seja, urbano e rural compondo um único contexto.



que têm estimulado apenas o crescimento econômico em detrimento de um desenvolvimento sustentável, utilizando-se, para isso, do capitalismo e do controle dos meios de comunicação de massa, delineou-se, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a construção deste artigo que visa desenvolver uma reflexão sobre alguns aspectos que se interligam nessa intrincada conjuntura que subjugam as classes integrantes do circuito inferior, especificamente a dos agricultores familiares.

Para evidenciar essa proposta, estruturou-se este artigo em cinco seções: Nesta introdução, definem-se a temática a ser desenvolvida e o objetivo a ser atingido. Na 2ª seção, abordam-se a globalização e seus efeitos diversos sobre a humanidade, a importância da globalização para impulsionar a expansão do capitalismo, a possibilidade de vislumbrar o desenvolvimento (rural) sustentável no mundo globalizado e as conexões entre a globalização, o desenvolvimento e a agricultura familiar. Na 3ª seção, evidenciam-se processos organizativos dos agricultores familiares inseridos no contexto da globalização. Na 4ª seção, expõem-se os processos organizativos e a origem dos sentimentos contra-hegemônicos. E, por fim, na 5ª e última seção, apresentam-se as considerações finais.

2 Globalização: da escala mundial à escala regional

A globalização é um processo atual – apesar de estar se desenvolvendo desde a década de 1970 – que intensificou os fluxos de bens, de serviços e de capitais em nível mundial, basicamente, graças ao desenvolvimento dos meios de transporte e a uma superestrutura de telecomunicações gerada pela revolução tecnológica de informática.

Observa-se a integração das economias e da sociedade dos diversos países no mundo facilitada pela disseminação das informações que, por conta do desenvolvimento de novas tecnologias, propagam-se instantaneamente pelo planeta e interligam todos os mercados financeiros, promovendo uma reunião global nos processos de produção e de comercialização de bens e serviços, bem como induzindo na condução dos efeitos desses processos. Tais efeitos provocam, invariavelmente, em maior ou menor escala, alterações em escala mundial, interferindo em âmbitos



regionais, porque as regiões são parte integrante e indissociável do contexto globalizado e, portanto, diretamente influenciadas pela globalização.

A globalização trata-se de um processo interativo e abrangente que se apropria de tudo o que envolve o indivíduo, os entes coletivos, a sociedade, dentre outros, mas é obscuro e contraditório, pois ao mesmo tempo em que desempenha um papel destacado nos avanços tecnológicos, nos campos da medicina, da física, da engenharia, etc., não permite o acesso da maior parte da sociedade a essas conquistas.

No intuito de desvelar esse emaranhado de ideologias, de possibilidades e de efeitos causados pela globalização, considera-se relevante a abordagem de Santos (2011, p. 18):

[...] devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.

A partir das ideias de Santos (2011) sobre o mundo tal como nos fazem vê-lo, entende-se que, para mostrar um mundo ideal, esplendoroso e próspero, em que determinadas fantasias parecem ser verdades absolutas, é preciso proclamá-las com exemplos verossímeis e repetir, e repetir, e repetir, através dos meios de comunicação, para que a massa internalize tais fantasias como as mais puras verdades.

Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. (SANTOS, 2011, p. 18-19).

A globalização como fábula é, portanto, a expressão do poder de persuasão utilizado pelos atores hegemônicos, num exercício constante de fabulações, para



transmitir uma ideia de que tudo está acessível a todos, mas estimulando sempre a competição e o consumo.

Porém, o fascínio das fábulas rui por completo quando se mostra o mundo real, o mundo tal como ele é, onde, segundo Santos (2011, p. 19), “[...] para a maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades.”

A globalização como perversidade é resultado de um mercado global que se utiliza das técnicas contemporâneas mais avançadas para criar uma competição desigual, que enfraquece o mercado local e leva ao caos social, aumentando a pobreza dos que já se encontram em situação precária, de exclusão social e/ou vivendo abaixo da linha da miséria, e exibindo a dificuldade ou a incapacidade de os Estados instituírem regras que inviabilizem a ocorrência do “totalitarismo” (SANTOS, 2011).

Admite-se que a incidência dos totalitarismos – impulsionados pelo poder do capital e da informação – estimula novos padrões de compra e de consumo que provocam grandes mudanças no planeta. Forças propulsivas e restritivas comandam o mercado, empresas globais com volumosos investimentos interferem nas ações do Estado que costumeiramente trata com descaso as funções sociais e oportuniza o surgimento de outros novos totalitarismos.

Santos (2011, p. 37) valida essa argumentação ao expressar que: “A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala”.

Dessa ideia de globalização que conduz ao totalitarismo, infere-se que a realidade atual advém de um processo desenvolvido, historicamente, como consequência dos efeitos do capitalismo, ou seja, uma sequência de fatos extremos relacionados a um sistema econômico culminou na “globalização como perversidade”.

Concorda-se com essa argumentação de que a globalização, de forma perversa, cria condições por meio das quais o capital se transforma em propulsor e transformador do meio, do trabalho, das relações, do meio ambiente e das particularidades do que é necessário para o ser humano. Tudo se transforma em mercadoria e, em seguida, essa mercadoria, em dinheiro, e, com a movimentação



global do capital, todas as relações (econômicas, sociais, políticas, culturais) sofrem influência dessa movimentação.

Todavia, um outro mundo é possível, desde que se utilizem as bases tecnológicas da globalização – as mesmas que servem de apoio ao grande capital na construção da globalização perversa – para o desenvolvimento de novos fundamentos sociais e políticos (SANTOS, 2011).

As condições históricas do fim do século XX apontam, de acordo com Santos (2011), para a construção de uma globalização mais humana porque há, em todos os continentes, um mix de culturas oriundas de povos e raças distintas que, graças aos avanços da informação, recebe influência de diversas e misturadas filosofias. Além disso, “[...] a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores [...] permite um maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias.” (SANTOS, 2011, p. 21).

Infere-se que, nessas condições, essa outra globalização trará reflexos positivos para as regiões, porque o desenvolvimento de uma cultura popular aliado aos fatos mencionados por Santos (2011) propiciam o conhecimento e a valorização das potencialidades regionais.

Cabe destacar que, neste estudo, se visualizam duas forças inseridas no processo de globalização, agindo concomitantemente: a primeira delas impulsiona a expansão do sistema capitalista, afetando o modo de vida das sociedades, ou melhor, instaurando e consolidando a adoção do modelo de sociedade atual – a capitalista; e a segunda força, composta por atores vivendo no âmbito do circuito inferior, que visa atuar como agente de mudança desse processo, disseminando a ideia de desenvolvimento sustentável.

Contudo, apesar das divergências que incidem na composição dessas forças, observa-se que há uma inter-relação constante entre elas e que, por meio desse processo de globalização, transforma culturas e acaba influenciando a promoção de políticas públicas e o planejamento socioeconômico, impactando, dessa forma, as sociedades.

2.1 O capitalismo no mundo globalizado



Com o declínio do feudalismo e, a partir do século XV, com as grandes navegações que ampliaram os limites do mundo conhecido à época, surge o capitalismo comercial – caracterizado, principalmente, pelo acúmulo de riquezas provenientes das atividades comerciais e exploratórias das terras e dos povos ultramarinos. Os desbravadores Portugal e Espanha e outros países como Inglaterra, França e Holanda estabeleceram pontos de comércio em outros continentes (Ásia, África e América); mas foram, em grande parte, os produtos tropicais exóticos, raros e caros, e o ouro e a prata oriundos da América que consolidaram o capitalismo comercial na Europa. Esses países, por meio do mercantilismo, diversificaram suas atividades econômicas e acumularam riquezas com o comércio, o metalismo e a proteção dos mercados internos, o que viabilizou o desenvolvimento das atividades manufatureiras (HARVEY, 2007).

O acúmulo de capital aliado às novas técnicas de produção de mercadorias e ao desenvolvimento dos meios de transporte materializou, no século XVIII, a Revolução Industrial e consolidou uma nova forma de acumulação de riquezas – o capitalismo industrial (HARVEY, 2007).

No início da década de 1930, intensificou-se o capitalismo industrial com a utilização de máquinas, potencializado pelas técnicas e práticas do fordismo e do taylorismo, mas com alto impacto na transformação da natureza. Sobre esse aspecto, é preciso ressaltar que, conforme Porto-Gonçalves (2011, p. 33): “Em nenhum momento a natureza foi considerada nos seus limites, tanto em suprimento de matérias-primas, como de absorção de rejeitos.”

Esse modelo gerou a circulação de riquezas graças à produção em massa de bens consumidos pelas massas, principalmente de europeus e de norte-americanos. A consequência dessa nova circulação de riquezas foi o surgimento, no início do século XX, do capitalismo financeiro, cujas características principais são a subordinação dos meios de produção ao acúmulo de capital e a obtenção de lucros, por meio de um mercado financeiro, onde ações de empresas, mercado de câmbio, juros, títulos de dívidas, etc. são transformados em mercadorias e negociados (HARVEY, 2007).



Nesse contexto, os Estados Unidos tiveram papel importante, porque, em 1971, romperam unilateralmente os acordos de *Bretton Woods* e, ao eliminar o sistema de câmbio fixo e o padrão-ouro, abriram “o caminho para uma financeirização cada vez maior da economia mundial” (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 35).

Essa financeirização generalizou-se para o deleite das grandes instituições financeiras (bancos) e supranacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial), mas sempre privilegiando Estados mais ricos e grandes empresas originárias desses países. Foi o lastro de capital acumulado nesse período que, a partir de 1980, desencadeou o capitalismo informacional, contribuindo para que essas mesmas grandes empresas se disseminassem como oligopólios, de forma rápida, no mercado mundial, por meio da internet e das inovações tecnológicas (PORTO-GONÇALVES, 2011).

Disso, o que se tem atualmente é um capitalismo que é comercial, que é industrial, que é financeiro, que é também informacional. Tudo em uma evolução constante e sem anular as origens que são apenas modificadas, melhoradas e aperfeiçoadas de acordo com as vontades dos atores hegemônicos.

Assim, visualiza-se o que prescreve Santos (2011, p. 35) no contexto da ideia da globalização perversa: “Tiranía do dinheiro e tiranía da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado.” E não por acaso a tiranía do dinheiro vem antes da tiranía da informação, afinal, o princípio da acumulação de capital vem antes da capacidade de o homem disseminar uma informação em nível global. Ademais, pode-se afirmar que para fazer uso da informação (e manipulá-la) é preciso, de modo geral, ter dinheiro.

[...] nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades [...] O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. (SANTOS, 2011, p. 39).



O capitalismo, portanto, agigantado pela globalização, possibilitou o avanço das tecnologias da informação, não somente para interligar pessoas, cidades, países, etc., como é o propagado mundialmente pelos atores hegemônicos, em uma prática incessante da “globalização como fábula”, mas, também, valendo-se do aparato tecnológico-informacional, para manipular a informação, de modo que viabilize a manutenção da hegemonia e do poder sobre as forças produtivas, o que evidencia “o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade”.

Essa interligação, que permite a troca rápida de informações entre os indivíduos e serve de apoio ao capitalismo, também trouxe consequências diversas da economia globalizada ao meio ambiente, à natureza, assim como ao desenvolvimento social desses indivíduos que, de acordo com Santos (2011), vêm sofrendo influências da perversa globalização e suas condições de dominância.

Essas influências estão interligadas ao modo de produção adotado, em escala mundial, pela estrutura capitalista que tem gerado desemprego e desigualdade por toda parte, nas mais diversas regiões do mundo.

Nesse contexto de expansão do sistema capitalista, impulsionada pela globalização, observa-se um processo de exclusão e de perversidade, que causa dificuldades para a sobrevivência de uma massa de trabalhadores, principalmente nos países subdesenvolvidos. Integrando esse contingente, os agricultores familiares, em suas regiões, utilizam-se dessas dificuldades para construir uma nova ordem/lógica econômica e social, ao mesmo tempo em que se apropriam do território, pois é a partir das dificuldades encontradas (baixa renda e pouco capital para investir na propriedade, deficiências de planejamento para plantio e comercialização, limitado acesso às tecnologias, dentre outras) que esses produtores começam a traçar estratégias, dentre elas: o estabelecimento de formas de organização de ação coletiva, a preservação do meio ambiente, entre outras, que lhes permitam continuar existindo.

2.2 Globalização e desenvolvimento (rural) sustentável: é possível?



Para estabelecer uma relação entre a globalização e o desenvolvimento (rural) sustentável, expõe-se que a sustentabilidade do planeta é um desafio que aflorou com o advento da globalização.

Questões relacionadas ao efeito estufa, redução da biodiversidade, poluição das águas, desmatamento, erosão dos solos, lixo tóxico, etc. não eram debatidas amplamente, como passaram a ser após os anos 1960/70, pois, até então, julgava-se que a natureza era uma fonte de recursos inesgotável (PORTO-GONÇALVES, 2011).

No contexto dos debates sobre esses temas, importa destacar que a industrialização, impulsionada pelo sistema capitalista, impactou fortemente o meio ambiente e a natureza, desencadeando um processo que, de acordo com Guzmán (1997, p. 21, grifos do autor), “[...] requer um contínuo *fortalecimento* de energia proveniente da natureza, uma constante *reposição* dos elementos, desta deteriorados, e a uma *reacomodação* dos dejetos resultantes.”

Essa constatação parece não sensibilizar os atores hegemônicos no sentido de fazê-los adotar ações concretas para reduzir drasticamente a degradação do meio ambiente. Observa-se que, diante da necessidade incessante de recursos naturais, apesar da realização de eventos mundiais (Quadro 1) e da elaboração de diversos acordos e tratados entre nações coordenados por organismos internacionais, principalmente, os que integram a Organização das Nações Unidas – ONU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, *United Nations Environment Programme* – UNEP, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, entre outros) e com a participação de diversas outras instituições (Banco Mundial, BID, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD / Comissão *Brundtland*, *Global Environment Fund* – GEF, Organizações não governamentais – ONGs, entidades da sociedade civil, etc.), não há registros de uma frenagem consistente no consumo desses recursos da natureza.

O mais contraditório, no entanto, dá-se ao verificar-se que, nos últimos 30-40 anos de globalização, tem-se devastado a natureza numa amplitude sem precedentes ao mesmo tempo em que mais se fala sobre preservação do meio ambiente (PORTO-GONÇALVES, 2011).

**Quadro 1 – Eventos mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento**

Eventos	Resultados
- Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano. (1972, em Estocolmo, Suécia).	- Firmaram-se as bases para um novo entendimento a respeito das relações entre o ambiente e o desenvolvimento.
- Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco92. (1992, no Rio de Janeiro, Brasil).	- A grande participação de chefes de Estado e de entidades da sociedade civil refletiu a ampliação da conscientização em nível mundial da necessidade de implementar um modelo novo de desenvolvimento. - Aprovação dos seguintes documentos oficiais: 1) Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; 2) Convenção sobre as Mudanças Climáticas; 3) Declaração de Princípios sobre Florestas; 4) Convenção da Biodiversidade; e 5) Agenda 21.
- Convenção sobre Mudanças do Clima. (1997, em Quioto, Japão).	- Aprovação do Protocolo de Quioto que trata da diminuição da emissão de gases poluentes na atmosfera, a fim de reduzir o efeito estufa.
- Apresentação da Carta da Terra na sede da UNESCO. (2000, em Paris, França).	- Aborda os seguintes temas: 1) Respeitar e cuidar da comunidade da vida; 2) Integridade ecológica; 3) Justiça econômica e social; e 4) Democracia, não violência e paz.
- Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. (2002, em Joanesburgo, África do Sul).	- Reuniu representantes de 191 países para, enfim, pôr em marcha as propostas da Agenda 21. - Aprovação da Declaração do Milênio contendo oito objetivos a serem alcançados por meio do atingimento das metas do milênio até 2015.

Fonte: quadro elaborado pelas autoras, a partir de Barbieri (2011).

Dentre os inúmeros eventos realizados em nível mundial e destacados os principais, cabe ressaltar que a Agenda 21, resultado da Eco92 e compromisso de todos os países membros da ONU, foi “[...] transformada em Programa 21 pela ONU, é um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável.” (BARBIERI, 2011, p. 57).



O “despertar” das nações e de organismos internacionais sobre a necessidade de preservar o meio ambiente reflete na quantidade de eventos realizados em nível mundial sem, no entanto, resultar numa efetiva transformação da realidade global sobre meio ambiente e desenvolvimento para melhor. Isso demonstra que a simples aprovação de acordos e tratados, os principais deles em conferências da ONU, não tem significado êxito das ações propostas, pelo contrário. Essa configuração, ou melhor, esse contínuo fracasso pode ser resultado de ações de governos que, segundo Barbieri (2011, p. 53), “[...] agem como glutões que sempre estão prometendo iniciar uma dieta frugal após extravagâncias de cada banquete.”

Nesse sentido, diante da incapacidade dos Estados em atender aos requisitos determinados em tais acordos e tratados, segue-se uma constante deterioração da natureza e dos recursos do meio ambiente.

Diante disso, Estados algemados pela estrutura poderosa de atores hegemônicos ou mesmo estabelecendo alianças com esses atores para proporcionar crescimento econômico, muitas vezes desacompanhado de desenvolvimento, seguem prestigiando empresas globais e indústrias predatórias à natureza.

É por conta desse quadro que, segundo Guzmán (1997, p. 21), se estabelece “[...] uma forma de produção industrializada introdutora de progressivos processos de desigualdade social e de crescentes desequilíbrios ambientais globais.”

No entanto, numa perspectiva que visa à reversão desses processos e concatenado com a ótica de Santos (2011) sobre o mundo como ele pode ser, Guzmán (1997, p. 21) estabelece que o conceito de desenvolvimento sustentável deva consistir

[...] essencialmente em potencializar aqueles esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo *a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades*, e não o crescimento econômico indiscriminado da região implicada, seja uma área rural, um município, um país ou o conjunto da biosfera. (grifo do autor).

A partir desse conceito, repercute-se a ideia de que o crescimento econômico de uma região, se não acontecer acompanhado de acesso à saúde, à educação, à



cultura, ao lazer, não trará desenvolvimento. Ou seja, o desenvolvimento só acontece “[...] quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida.” (VEIGA, 2006, p. 23).

Em busca desse ideal de desenvolvimento, considera-se pertinente a argumentação de Guzmán (1997) sobre ações e esquemas relacionados ao desenvolvimento sustentável e impostos pela sociedade como forma de reação aos problemas, de todas as ordens, causados pelo capitalismo, ou melhor, pelo poder do capital dos atores hegemônicos. Há, segundo o autor, um estímulo ao estabelecimento desses vários esquemas de atividade econômica ambiental que refletem em implicações relacionadas à regeneração dos processos ambientais.

Tais esquemas de atividade econômica ambiental devem ter uma natureza industrial, já que esta é de importância fundamental para a economia das sociedades modernas e um motor indispensável ao crescimento; é essencial nos países em desenvolvimento para ampliar a base de seu desenvolvimento e satisfazer suas crescentes necessidades. (GUZMÁN, 1997, p. 21-22, grifo do autor).

A compreensão a respeito das relações ambientais e econômicas nesses esquemas é importante instrumento para embasar o entendimento de desenvolvimento sustentável e sua abrangência ligada às estratégias utilizadas pelos indivíduos ou grupos para superar crises em suas regiões.

Internalizando a ideia de Santos (2011) sobre “o mundo como ele pode ser: uma outra globalização” e ancorando-se no pensamento de Guzmán (1997) sobre desenvolvimento sustentável, vislumbra-se que é possível construir o desenvolvimento rural sustentável. No entanto, para isso, exige-se um esforço do Estado para o fortalecimento da agricultura familiar que, na condição de “guia-mor”, conduziria essa construção, pois os agricultores familiares são preparados no dia a dia para preservar o meio ambiente e tirar da natureza sua subsistência sem degradá-la.

Quem melhor que os agricultores familiares para liderar um processo de desenvolvimento rural sustentável na prática? Esses produtores não podem “se dar ao luxo” de consumir os recursos que a natureza oferece sem a devida recomposição em um curto prazo, pois podem sucumbir à falta deles; ou seja, eles, mais do que *Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



ninguém, sabem o verdadeiro valor de um meio ambiente saudável. Ademais, esses agricultores e suas famílias estão enraizados, com os pés na terra, ocupando territórios e ativos, com as mãos na terra, diuturnamente, cuidando dela e produzindo sem deteriorá-la. Por isso é que, neste estudo, elegem-se os agricultores familiares para serem os condutores do desenvolvimento rural sustentável.

2.3 Globalização, desenvolvimento e agricultura familiar: conexões

Como resposta às crises do capitalismo, à rigidez dos modelos de acumulação fordista e taylorista e ao sistema de produção em massa, emerge, segundo Harvey (2007), o regime de acumulação flexível adotado após 1980.

A lógica do regime de acumulação flexível desenvolve-se, como uma nova lógica no modelo de acumulação econômica que envolve “[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo” (HARVEY, 2007, p. 140), envolvendo a ideia de espaço e de determinados lugares como pontos de acumulação de capital.

Do ponto de vista da conjuntura da globalização e da reestruturação produtiva, o regime de acumulação flexível conduz um processo contraditório que encarrega o trabalhador a desempenhar várias funções, realizando-as de acordo com as necessidades das empresas, e intensifica a terceirização, ao mesmo tempo em que traz consequências às relações de trabalho e aos mercados, tais como: a expulsão de grande parte da força de trabalho que atua no processo produtivo e a diminuição média dos níveis de remuneração.

Esses aspectos oportunizam a criação de formas de organização de ação coletiva por indivíduos, entre eles os agricultores familiares, como um modo de resistência e/ou uma maneira de lutar pela sobrevivência, isto é, essas formas de organização são resultado de sentimentos contra-hegemônicos.

Santos (2004) explica que essas transformações oriundas da força do capitalismo e disseminadas pelo processo de globalização conduzem ao desenvolvimento de estruturas organizativas constituídas em meio aos círculos de relações sociais das classes trabalhadoras.



Essas realidades impulsionam uma massa de trabalhadores desempregados e excluídos socialmente para a informalidade, dando, em parte, a tônica do funcionamento de um dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos – o inferior. E, a partir disso, há uma mobilização de forças e um processo de cooperação entre os integrantes dessa massa que formam uma coletividade e buscam (re)descobrir estruturas com potencial endógeno para tentar neutralizar os efeitos da globalização.

Por isso, no entendimento de Santos (1996), tonificar uma região pode estagnar os efeitos da pressão desumana dessa globalização. A partir desse entendimento, defende-se a ideia de que os agricultores familiares, como atores sociais em uma região, são capazes de dar uma resposta positiva a situações impostas pelos atores hegemônicos. Para isso, podem utilizar-se de circuitos de cooperação para criar formas de modificar padrões que vão além dos econômicos. Isso significa que, também, devem ser mudados, para melhor, padrões sociais, culturais, ambientais e políticos.

A ideia de desenvolvimento sustentado por regiões intensifica-se na medida em que se observa a existência de uma “globalização perversa”, composta de segmentos hegemônicos, que levam a uma produção de alimentos, resultante de um processo produtivo capitalista e com uma lógica da acumulação e de lucro.

Paralelo a esses segmentos hegemônicos, os atores sociais regionais trabalham para (re)construir a lógica de produção e de comercialização a partir do modo de produção familiar, priorizando questões sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais, e respeitando a dinâmica existente na região.

Em outras palavras, admite-se que são as iniciativas de (re)construção criadas pelos agricultores familiares que motivam o desenvolvimento regional e pressupõem um processo de mudanças que está ligado a um conjunto de fatores que envolve e impacta fortemente esses atores sociais.

Essas iniciativas podem ser a alavanca para o desenvolvimento regional, desde que ocorra, segundo Boisier (1996, p. 24), “por meio da criação de um poder político, o pacto social, a cultura da cooperação e a capacidade de criar, coletivamente, um projeto de desenvolvimento”.



Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento regional passam a ser articuladas pela sociedade que se organiza, coletivamente, em prol de projetos relevantes para o desenvolvimento do próprio território. Em consequência, os processos de fortalecimento da região intensificam-se e um mecanismo de reação da região frente ao processo de globalização torna-se efetivo (BOISER, 1996).

Por isso, destaca-se que as relações e as ações de desenvolvimento passam pelas articulações regionais, afinal “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam” (SANTOS, 1996, p. 196).

Diante disso, os atores pertencentes a uma região desencadeiam um processo de tomada de decisões que implica a não aceitação das decisões impostas por organizações globais. Os atores passam a reagir ao contexto da globalização, considerando as particularidades do território, promovendo um desenvolvimento alicerçado nos recursos produtivos locais.

Então, como conectar os agricultores familiares ao contexto globalizado e ao desenvolvimento?

Entende-se, neste estudo, que eles estão conectados, porque não há como separá-los do processo de desenvolvimento, também não há como separar o meio rural do sistema urbano, assim como não se pode dissociar uma região do contexto global e nem deixar de sentir os efeitos da globalização. O que se defende, então, é que, em função dessa interligação, os agricultores familiares organizem-se em redes, criem novos circuitos de produção e de cooperação e passem a gerar desenvolvimento.

Em síntese, fundamenta-se na perspectiva de Veiga (2006) que entende que não há separação entre o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento do meio rural, porque não se pode ignorar as influências cruzadas de aglomerações e centros urbanos em municípios com ruralidade onipresente.

Nesse sentido, retoma-se, então, a ideia de que as influências e efeitos entre rural e urbano ampliam-se quando analisadas pela perspectiva de que coexistem os espaços em que se comercializa a produção do meio rural nos centros urbanos. Isso pode explicar questões a respeito da importância da agricultura familiar e sua participação na produção de alimentos e no contexto regional do desenvolvimento,



nunca ignorando, mas sim, buscando elucidar a relação do contexto global e dos seus efeitos no regional e vice-versa, porque, afinal eles interagem e se transformam constantemente.

3 Processos organizativos dos agricultores familiares no contexto globalizado

O propósito desta seção é apresentar abordagens teóricas que sustentam a noção a respeito dos processos organizativos conduzidos pelos agricultores familiares e resultantes de conflitos, tensões e contrastes presentes no contexto globalizado, reorganizando espaços conquistados no território e conduzindo ao desenvolvimento a partir do potencial endógeno.

Parte-se, então, para a abordagem de processos organizativos, em diferentes enfoques. Santos (2011) atribui à “globalização perversa” o aumento do desemprego, e a partir dessa realidade, considera que a (re)construção de distintas formas organizativas nos diversos locais, comunidades e regiões é um modo de reagir à condição de exclusão imposta pelos atores hegemônicos.

Entende-se, assim, que as formas de organização se apresentam como um conjunto de processos inter-relacionados e que envolvem alguns elementos de motivação para a organização, como econômicos e sociais.

Ao apresentar essa linha de pensamento e diante da necessidade de caracterizar a dinâmica dos processos organizativos, procurou-se estabelecer a relação entre esses processos, o espaço e o território, a partir das definições de Santos (1978; 1996) e de Santos e Silveira (2001) para espaço e para território.

Santos (1978, p. 122) considera que: “O espaço é o verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a relação pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares.” Evidencia-se isso porque o espaço é estático e “[...] é formado por um conjunto indissociável solitário e também contraditório de sistemas e objetos e sistemas de ações não isolados, mas como quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 1996, p. 51).



Por outro lado, o povo cria o espaço ao utilizar o território. E, ao se apropriar do território, o povo passa a construir a sua história por meio das articulações e das relações oriundas dos grupos sociais que fazem parte de um grande sistema global (SANTOS, 1978).

Logo, o território não é estático, mas sim dinâmico, desenvolve-se de acordo com as influências no seu uso e, conforme Santos e Silveira (2001, p.19), é “[...] geralmente a extensão apropriada e usada”. Nesse sentido, o território

[...] não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população. Isto é a identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, a resistência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se pois logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 101).

A partir da compreensão a respeito de território, entende-se que os processos organizativos consistem em articulações e organizações que acontecem nesse território ao longo do tempo, e que passam por muitas transformações que, conseqüentemente, criam e recriam novos processos organizativos, porque há uma constante interação com os indivíduos e suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

A construção de relações possibilita entender de que forma segmentos de agricultores familiares apresentam-se integrados. Acredita-se que a opção mais adequada seja por meio da construção de espaços participativos e solidários ligados à produção e à comercialização de seus produtos.

Verifica-se que a criação de associações e de cooperativas de agricultores familiares tem sido uma das principais formas de organização utilizadas para promover a resistência dessa classe, no sentido de continuarem existindo e de se manterem em seus locais de origem, ou seja, o meio rural, contribuindo para a redução do êxodo rural.

Além disso, a articulação em redes pode ser um diferencial no que tange ao fortalecimento e ao empoderamento da classe dos agricultores familiares. Com essa

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017



prática, a agricultura familiar ganha força, no sentido de competir no mercado, tanto aprimorando a produção quanto ampliando a capacidade de comercialização de seus produtos, o que pode refletir em aspectos subjetivos, tais como: a melhora da autoestima, o bem-estar da família e o orgulho de fazer parte dessa classe de trabalhadores; bem como em aspectos objetivos: aumento da renda das famílias, acesso à educação de qualidade, acesso à saúde, à cultura e ao lazer.

4 Processos organizativos e a origem de sentimentos contra-hegemônicos

Lançar mão a teoria de Milton Santos sobre os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, faz-se necessário para abordar os processos organizativos e a origem de sentimentos contra-hegemônicos, porque se entende que da dinâmica de classes existente na relação de interdependência entre os dois circuitos emana um sistema articulador coletivo possibilitado pelos movimentos sociais.

Nesse contexto, agricultores familiares que fazem parte desse sistema e estão inseridos no circuito inferior formataram e implementaram processos organizativos visando garantir a sobrevivência individual (família) e coletiva (associação) e a manutenção em seu próprio lugar desenvolvendo atividades genuínas. A evolução histórica de organização e de reorganização desses produtores demonstra a importância dessas ações na produção de alimentos para a subsistência e para a comercialização do excedente produzido.

A prática associativista foi crucial para atender suas próprias necessidades, pois a agricultura familiar necessita de um trabalho intenso com grande desgaste físico, pois o acesso à tecnologia é limitado ou inexistente. Por outro lado, os grandes produtores de *commodities* (soja, café, laranja, etc.), que fazem parte do circuito superior, detém elevado nível tecnológico para desenvolver suas atividades.

Essa diferença quanto ao acesso à tecnologia reflete, em grande parte, no volume de produção e de comercialização: “As atividades do circuito superior manipulam grandes volumes de mercadorias, enquanto que as do circuito inferior [...]



trabalham com pequenas quantidades.” (SANTOS, 2004, p. 44).

Considerando o peso da tecnologia sobre as atividades econômicas desenvolvidas nos circuitos superior e inferior é que Santos (2004, p. 38) declara:

Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas.

Além dessas diferenças, por meio da análise das atividades e das características dos dois circuitos (Quadro 2), observa-se que é no circuito inferior que os efeitos da globalização e dos processos hegemônicos são sentidos.

Quadro 2 – Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

	<i>Circuito Superior</i>	<i>Circuito Inferior</i>
<i>Tecnologia</i>	<i>capital intensivo</i>	<i>trabalho intensivo</i>
<i>Organização</i>	<i>burocrática</i>	<i>primitiva</i>
<i>Capitais</i>	<i>importantes</i>	<i>reduzidos</i>
<i>Emprego</i>	<i>reduzido</i>	<i>volumoso</i>
<i>Assalariado</i>	<i>dominante</i>	<i>não-obrigatório</i>
<i>Estoques</i>	<i>grande quantidade e/ou</i>	<i>pequena quantidade e/ou</i>
	<i>alta qualidade</i>	<i>qualidade inferior</i>
<i>Preços</i>	<i>fixos (em geral)</i>	<i>submetidos à discussão</i>
		<i>entre comprador e</i>
		<i>vendedor (haggling)</i>
<i>Crédito</i>	<i>bancário institucional</i>	<i>pessoal não-institucional</i>
<i>Margem de lucro</i>	<i>reduzida por unidade,</i>	<i>elevada por unidade,</i>
	<i>mas importante pelo</i>	<i>mas pequena em relação</i>
	<i>volume de negócios</i>	<i>ao volume de negócios</i>
	<i>(exceção produtos de luxo)</i>	
<i>Relações com a clientela</i>	<i>impessoais e/ou com</i>	<i>diretas, personalizadas</i>
	<i>papéis</i>	
<i>Custos fixos</i>	<i>importantes</i>	<i>desprezíveis</i>
<i>Publicidade</i>	<i>necessária</i>	<i>nula</i>
<i>Reutilização dos bens</i>	<i>nula</i>	<i>frequente</i>
<i>Overhead capital</i>	<i>indispensável</i>	<i>dispensável</i>
<i>Ajuda governamental</i>	<i>importante</i>	<i>nula ou quase nula</i>
<i>Dependência direta do Exterior</i>	<i>grande, atividade voltada</i>	<i>reduzida ou nula</i>
	<i>para o exterior</i>	

Fonte: Santos (2004, p. 44).



Na visão de Santos (2004), três são os fatores balizadores na distinção dos dois circuitos: tecnologia, organização e capital. Evidencia-se que, no circuito superior, a organização das atividades desenvolvidas é determinada pela adoção de modelos burocráticos bem estruturados, com importantes volumes de capital e muito investimento em tecnologia; enquanto que, no circuito inferior, o nível de estruturação e burocratização das atividades é ultrapassado, os volumes de capital são reduzidos e há um precário uso da tecnologia. Logo, pode-se determinar que, basicamente, os circuitos diferenciam-se pela intensidade proporcional na utilização de organização, de capital e de tecnologia.

Nesses circuitos, o que se vê é a hegemonia dos que detém uma estrutura organizativa sólida e, principalmente, o capital e a tecnologia provocando conflitos e entraves (crises de emprego, exclusão social, desestabilização de sindicatos, etc.) nas classes menos favorecidas. No entanto, esses mesmos conflitos e entraves impulsionam a formação de movimentos sociais que, como forma de reação, constroem coletivamente sentimentos contra-hegemônicos e criam estruturas organizativas alternativas, como associações, cooperativas, etc., como é o caso da maioria dos agricultores familiares.

5 Considerações finais

A ideia de construir um texto que apresentasse uma reflexão sobre aspectos inerentes à globalização entendida como um processo liderado por atores hegemônicos que exercem grande influência no modelo de sociedade capitalista atual, que têm estimulado o crescimento econômico em detrimento de um desenvolvimento sustentável e, como consequência disso, têm subjugado as classes integrantes do circuito inferior, especificamente a dos agricultores familiares, norteou a senda que apontou a (re)construção de processos organizativos como forma de reação contra-hegemônica capaz de promover o empoderamento da agricultura familiar.

No percurso desse caminho, evidenciou-se que, por meio da globalização, duas forças agem de modos distintos: a primeira delas promove a expansão do capitalismo



no mundo, afetando tanto as individualidades (cidadãos) como as coletividades (grupos, comunidades, sociedades), transformando esses elementos afetados em agentes contribuintes para a afirmação da globalização, atuando como consumidores e, conseqüentemente, impulsionando o crescimento econômico; e a segunda força que busca fomentar o desenvolvimento sustentável, atuando como agente de mudança desse processo.

Nesse turbilhão de forças antagônicas, destaca-se que, no âmbito da agricultura familiar, despontam os processos organizativos como fatores relevantes para que haja uma constante interação dos agricultores familiares com eles mesmos e com as comunidades das quais fazem parte e/ou interagem, estabelecendo, dessa forma, vínculos sociais, econômicos, políticos e culturais.

O estabelecimento dessas relações interativas pode possibilitar a construção de espaços participativos e solidários (associações, cooperativas, sindicatos, etc.) que alavanquem as atividades básicas da agricultura familiar, ou seja, a produção e a comercialização de seus produtos, considerando essas atividades – produção e comercialização de alimentos – como sendo práticas contribuintes essenciais para a soberania alimentar.

Outrossim, é preciso considerar que diferentes formas de pressão oriundas das classes dominantes e instaladas no circuito superior, circunstâncias conflitantes e problemáticas explicitam contradições sociais que podem gerar processos que resultarão em manifestações e protestos coletivos organizados a partir de sindicatos, associações, entidades de classes (manifestações coletivas formais) e a partir de redes sociais via web (manifestações coletivas informais).

Dessa forma, entende-se que os processos organizativos desenvolvidos pelos agricultores familiares, além de potencializar sentimentos contra-hegemônicos, podem viabilizar ações coletivas, como resposta às ações originadas no circuito superior, que visam fixar práticas hegemônicas cujos efeitos são sentidos no circuito inferior.

Os processos organizativos desenvolvidos pelos agricultores familiares, além de potencializar sentimentos contra-hegemônicos, se tornam efetivos quando motivados por agricultores que passam a criar associações e cooperativas que poderão viabilizar ações coletivas, a partir de espaços de discussão e reprodução de oportunidades, pelo



envolvimento de todos, a fim de garantir acesso, por exemplo, às políticas públicas, como são os casos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que reconhecem a agricultura familiar como peça-chave para a garantia da segurança alimentar no país e podem contribuir para um desenvolvimento mais constante e consistente dessa classe de trabalhadores do campo.

Por fim, cabe ressaltar que, frente à força do capitalismo, energizado pela globalização e útil à imposição das vontades dos atores hegemônicos, que, por sua vez, se encontram no âmbito do circuito superior, comandando-o por intermédio da manipulação das informações e pela grande capacidade de investimento nas mais diversas áreas de atuação no mercado, inclusive na produção de alimentos, insurge-se a força dos processos organizativos desenvolvidos na agricultura familiar como forma de competir no mercado, de ampliar a renda e de garantir a sobrevivência das famílias, de reduzir o êxodo rural, de melhorar a qualidade de vida, dentre outras possibilidades.

Referências

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 13, p. 111-143, jun. 1996.

GOHN, Maria da Glória. *A força da periferia*. Petrópolis: Vozes. 1985.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J; NAVARRO, Z. (Org.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 19-32.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final de século XX. In: _____. *Condição pós-moderna*. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. p. 115-184.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.

VEIGA, José Eli da. *Meio ambiente & desenvolvimento*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.